

FINANCIAMOS A INOVAÇÃO PARA INCENTIVAR A ECONOMIA



DESENVOLVE SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. - CNPJ 10.663.610/0001-29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1º SEMESTRE DE 2018

Em consonância com os normativos do Banco Central do Brasil, foram elaboradas as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido e Notas Explicativas), e o Relatório da Administração referentes ao 1º semestre de 2018. A Desenvolve SP, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) tem por objetivo atender, prioritariamente, as empresas de pequeno e médio porte e, também, os municípios paulistas, por meio de opções de crédito sustentáveis.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

1.1. Desembolsos
Os desembolsos acumulados, desde 2009, totalizaram, em 30 de junho de 2018, R\$ 2,9 bilhões, com um total de 4.118 operações para 2.142 empresas e 82 prefeituras distribuídas em 300 municípios. No 1º semestre de 2018 os desembolsos somaram R\$ 203,8 milhões, sendo 48,8% liberados com recursos próprios, 41,2% com recursos do BNDES e 10,0% com recursos da FINEP, para 317 empresas e 17 prefeituras de 118 cidades.

1.2. Saldo das Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizou, em 30 de junho de 2018, R\$ 1.198 milhões, um crescimento de 3,2% no ano, e de 2,4% se comparado com junho de 2017.

2. DESEMPENHO FINANCEIRO

A Desenvolve SP registrou no 1º semestre de 2018 um lucro líquido de R\$ 1,3 milhão. Com Patrimônio Líquido de R\$ 1.075 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 30 de junho de 2018, foi de 0,25%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 30,1 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 24,7 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 5,4 milhões. O total de ativos alcançou R\$ 1.682 milhões, em 30 de junho de 2018, composto por 65,8% de operações de crédito (55,0% de recursos próprios e 45,0% com recursos de terceiros), 26,5% de títulos e valores mobiliários e 7,7% de outros ativos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30.06.2018	30.06.2017	Passivo	Nota	30.06.2018	30.06.2017
Circulante		560.172	367.700	Circulante		147.248	119.992
Disponibilidades		2	-	Depósitos		67	52
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	214.023	25.428	Depósitos vinculados		67	52
Carteira própria		214.023	25.428	Obrigações por repasses do País		-	-
Operações de crédito	6	280.531	286.079	Instituições oficiais	8	117.544	92.993
Setor público		83.216	92.939	BNDES		83.866	56.666
Setor privado		224.100	208.817	FINAME		18.688	29.959
(Provisão para operações de crédito)		(26.785)	(15.677)	FINEP		14.990	6.368
Outros créditos		20.755	20.225	Outras obrigações		29.637	26.947
Créditos tributários	12	18.945	18.540	Cobrança e arrecadação de tributos	9	63	40
Rendas a receber		560	287	Obrigações sociais e previdenciárias	9	1.245	11.615
Diversos		1.253	1.398	Obrigações fiscais e estatutárias	9	9.359	3.432
(Provisão para outros créditos)		(3)	-	Recursos para destinação específica	9	10.941	2.768
Outros valores e bens		44.861	35.968	Diversos	9	8.029	9.092
Bens não de uso próprio		44.851	35.958	Não circulante		459.282	373.684
Despesas antecipadas		10	10	Obrigações por repasses do País		-	-
Não circulante		1.086.585	1.148.396	Instituições Oficiais	8	417.472	366.733
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	231.114	293.761	BNDES		277.639	229.543
Carteira própria		233.856	295.524	FINAME		47.597	77.490
(Provisões para desvalorizações)		(2.742)	(1.763)	FINEP		92.236	59.700
Operações de crédito	6	825.858	831.821	Outras obrigações		41.810	6.951
Setor público		147.216	195.982	Obrigações fiscais e previdenciárias	9	160	193
Setor privado		743.153	672.126	Recursos para destinação específica	9	41.059	6.058
(Provisão para operações de crédito)		(64.511)	(36.287)	Diversos	9	591	700
Outros créditos		29.613	23.354	Patrimônio líquido	10	1.074.985	1.058.570
Créditos tributários	12	29.467	23.354	Capital social		1.016.035	1.000.000
Diversos		162	-	Ações ordinárias - País		1.016.035	1.000.000
(Provisão para outros créditos)		(16)	-	Reservas de lucros		58.950	58.570
Permanente	7	34.758	35.610				
Imobilizado de uso		31.501	32.113				
Imóveis de uso		31.761	31.761				
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)		(1.697)	(1.813)				
Intangível		3.257	3.497				
Outros ativos intangíveis (Amortização acumulada)		(1.887)	(1.645)				
Total do ativo		1.681.515	1.552.246	Total do passivo		1.681.515	1.552.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reservas de lucros		Lucros ou prejuízos acumulados	Total
		Aumento de Capital	Legal		
Saldos em 01/01/2017	1.000.000	-	12.890	41.372	1.054.262
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	31.563
Destinações:					
Reservas	-	-	1.578	16.419	(17.997)
Dividendos	-	-	-	(13.689)	(13.689)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(13.566)
Saldos em 30/06/2017	1.000.000	-	14.468	44.102	1.058.570
Mutações do semestre	-	-	1.578	2.730	4.308
Saldos em 01/01/2018	1.000.000	-	15.226	44.937	1.060.163
Aumento de Capital	-	16.035	-	-	16.035
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	1.311
Destinações:					
Reservas	-	-	66	-	(66)
Dividendos	-	-	-	(1.279)	(1.279)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.245)
Saldos em 30/06/2018	1.000.000	16.035	15.292	43.658	1.074.985
Mutações do semestre	-	16.035	66	(1.279)	14.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1 - Contexto operacional

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras, podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

i. Fundos governamentais; ii. Orçamento estadual; iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais

Pronunciamento Técnico

	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	15/11/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos	7/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa	7/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 05 (R1) Divulgação sobre Partes Relacionadas	7/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1) Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24 Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15

Com exceção dos pronunciamentos Pagamento Baseado em Ações e Benefícios a Empregados, todos os demais reconhecidos pelo Banco Central do Brasil demandaram adequações na elaboração das Demonstrações Contábeis da Instituição, na data da entrada em vigor dos referidos pronunciamentos.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em 08/02/2018, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Contábeis da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

d2. Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - A e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses, vencidas há mais de 120 dias e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

d3. Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e) Outros Valores e Bens

Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

f) Ativo permanente

O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas. A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos ativos. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

g) Tributos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (20%)	20%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída a alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano. Conforme a legislação tributária, a Desenvolve SP optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Com o advento da Instrução Normativa nº 1.591, de 5 de novembro de 2015, a alíquota da contribuição social aplicável sobre o lucro real foi alterada de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 12 b.

h) Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

i) Contingências

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2018	30.06.2017
Disponibilidades	2	-
Cotas de Fundo de Renda Fixa	79.918	25.428
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	79.920	25.428

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira

	30.06.2018		30.06.2017	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	134.105	172.435	-	249.820
Cotas de Fundos de Renda Fixa	79.918	-	25.428	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	59.723	-	44.554
Cotas de Fundos Garantidores de Op. de Crédito	-	1.698	-	1.150
(-) Provisões para Desvalorizações	-	(2.742)	-	(1.763)
Total	214.023	231.114	25.428	293.761

As Cotas do Fundo de Renda Fixa, Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A.

Em 30 de junho de 2018 e 2017, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

b) Cotas de fundos de investimento em participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados, pelo respectivo administrador, na data-base do balanço. Em 30 de junho de 2018 e 2017, estavam assim compostas:

c) Carteira por nível de risco e prazos de vencimento

Operações em Curso Normal

Parcelas Vencidas	30.06.2018								30.06.2017		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
01 a 30	400.526	302.449	191.735	124.918	38.666	7.801	25.520	7.231	19.671	1.118.517	1.128.456
31 a 60	11.313	6.534	3.770	2.192	799	199	359	143	683	25.992	25.546
61 a 90	9.219	5.722	2.958	1.714	402	161	276	128	582	21.162	21.456
91 a 180	9.168	5.975	3.192	1.856	481	161	238	128	593	21.792	50.106
181 a 360	27.468	38.655	8.921	5.255	1.514	477	1.331	383			

FINANCIAMOS A INOVAÇÃO PARA INCENTIVAR A ECONOMIA



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

—☆— continuação

8 - Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais									
		30.06.2018				30.06.2017			
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%	
BNDES	7.602	34.949	41.315	277.639	361.505	67,57	286.209	62,26	
FINEP	1.198	5.589	8.203	92.236	107.226	20,04	66.668	14,37	
FINAME	1.937	8.288	8.463	47.597	66.285	12,39	107.449	23,37	
Total	10.737	48.826	57.981	417.472	535.016	100,00	459.726	100,00	

9 - Outras obrigações
a) Sociais e estatutárias

		30.06.2018	30.06.2017
Juros sobre o capital próprio		1.245	10.320
Participação nos lucros		—	1.295
Total		1.245	11.615

b) Fiscais e previdenciárias

		30.06.2018	30.06.2017
Imposto de renda		3.367	362
Contribuição social		3.079	637
Impostos e contribuições sobre salários		1.901	2.097
Impostos e contribuições diferidos		682	—
COFINS		355	399
PIS		58	65
Outros		77	65
Total		9.519	3.625

c) Recursos para Destinação Específica - Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

		30.06.2018	30.06.2017
Programa Água Limpa		22.661	—
Programa Frota Nova Município		14.221	—
FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo		8.607	—
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo		5.007	6.765
Programa Renova SP		1.504	2.061
Total		52.000	8.826

^(a) Referem-se a recursos, transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo, para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito das respectivas linhas de financiamento, e pelo Ministério do Turismo, para a concessão de operações de crédito.

d) Outras Obrigações - Diversas

		30.06.2018	30.06.2017
Provisões para despesas de pessoal		3.283	3.520
Fornecedores		2.391	1.570
Provisão para passivos contingentes		1.454	705
Provisões para despesas administrativas		1.280	3.063
Credores diversos		145	866
Adiantamentos por fundos quitadores de operações		67	68
Total		8.620	9.792

10 - Patrimônio líquido

a) Capital social

o capital social de R\$ 1.016.035 está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de abril de 2018, a Assembleia Geral autorizou o aumento do capital social, no montante de R\$ 16.035, relativos aos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas, no exercício de 2017. No encerramento do semestre, este aumento de capital, aguardava a homologação do BACEN.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposto no artigo 35 do Estatuto Social da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao 1º semestre de 2018, está demonstrado a seguir:

	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Lucro Líquido	1.311	31.563
(-) Reserva legal	(66)	(1.578)
Base de Cálculo Ajustada	1.245	29.985
Juros sobre o capital próprio	1.245	13.566

Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são demonstrados posteriormente à apuração do lucro líquido, consoante ao artigo 3º da Circular BACEN nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

d) Reserva de lucros

O saldo remanescente do resultado do período é destinado para reserva de lucros, cuja destinação será definida em Assembleia Geral Ordinária.

e) Lucro por ação

	30.06.2018	30.06.2017
Lucro líquido do período	1.311	31.563
Número de ações	1.000.000.000	1.000.000.000
Lucro por ação (R\$)	0,001311	0,03156

11 - Desdobramento das contas de resultado

a) Receitas de prestação de serviços

	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Administração de Fundos de Desenvolvimento	2.883	1.634

b) Despesas de pessoal

	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Proventos	(9.752)	(9.280)
Encargos sociais	(3.823)	(3.681)
Benefícios	(3.151)	(2.967)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.205)	(1.400)
Estagiários	(118)	(177)
Treinamento	(82)	(146)
Total	(18.131)	(17.651)

c) Outras despesas administrativas

	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Serviços técnicos especializados	(1.834)	(1.290)
Processamento de dados	(1.535)	(1.525)
Propaganda e publicidade ^(a)	(1.515)	(2.095)
Patrocínios e relações públicas ^(a)	(932)	(853)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)	(737)	(642)
Transporte	(331)	(345)
Depreciação	(326)	(359)

	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Manutenção e conservação de bens	(325)	(345)
Serviços de terceiros	(277)	(249)
Publicações	(256)	(149)
Vigilância e segurança	(248)	(136)
Comunicações	(124)	(133)
Amortização	(121)	(121)
Água, energia e gás	(110)	(113)
Serviços do sistema financeiro	(96)	(79)
Viagem no país	(95)	(97)
Materiais de escritório	(50)	(51)
Seguros	(20)	(20)
Contribuições filantrópicas	(20)	—
Total	(8.952)	(8.602)

^(a) Os gastos com Propaganda e Publicidade incluem realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público-alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Patrocínios e Relações Públicas refere-se substancialmente a gastos relativos à participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

d) Despesas tributárias

	1º Semestre /2018	1º Semestre /2017
Contribuição ao COFINS	(2.445)	(3.067)
Contribuição ao PIS	(397)	(498)
ISSQN	(189)	(123)
Outras	(25)	(4)
Total	(3.056)	(3.692)

12 - Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	1º Semestre /2018	1º Semestre /2017
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	5.254	5.254
Participação dos empregados	(6)	(6)
Resultado após a participação dos empregados	5.248	5.248
Excesso total do imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	(1.312)	(1.050)
Ajustes para Cálculo de IR e CSLL:		
Adições	(8.667)	(6.872)
Exclusões	4.156	3.314
Incentivos fiscais	26	—
Prorrogação de licença maternidade	20	—
Juros sobre capital próprio	311	249
Imposto de Renda e CSLL	(5.466)	(4.359)
Ativo Fiscal Diferido	4.285	1.830
Passivo Fiscal Diferido	(142)	(85)
Despesa de IR e CSLL	(1.323)	(2.614)
Total	(3.925)	(3.692)

Resultados antes da tributação sobre o lucro e participações

Participação dos empregados

Resultado após a participação dos empregados

Excesso total do imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%

Ajustes para Cálculo de IR e CSLL:

Adições

Exclusões

Incentivos fiscais

Prorrogação de licença maternidade

Juros sobre capital próprio

Imposto de Renda e CSLL

Ativo Fiscal Diferido

Passivo Fiscal Diferido

Despesa de IR e CSLL

Créditos e obrigações tributárias diferidas

Os créditos e obrigações tributárias diferidas, referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 40%, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias	31.12.2017	Baixa/Utilização	Constituição	30.06.2018
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	40.531	(6.261)	12.327	46.597
Provisões para despesas administrativas	523	(414)	—	109
Provisões para desvalorização de títulos livres	921	(79)	255	1.097
Provisões para passivos contingentes	295	—	276	571
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	27	—	11	38
Total dos créditos tributários diferidos	42.297	(6.754)	12.869	48.412
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	455	—	227	682
Total das obrigações tributárias diferidas	455	—	227	682

As baixas das provisões para despesas administrativas foram efetuadas mediante o pagamento dessas despesas ao longo do semestre, enquanto as baixas relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa foram realizadas em decorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação vigente.

A expectativa de realização dos créditos, relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Circular BACEN nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Valor nominal	18.945	9.529	14.553	5.245	140	48.412
Valor presente	18.355	8.608	12.174	4.062	100	43.299

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do período. Neste semestre, não foram gerados créditos tributários não ativados.

13 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações. Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Benefícios de curto prazo	1.500	1.620
Diretoria	898	918
Conselho de administração	312	394
Comitê de auditoria	224	222
Conselho fiscal	66	86
Outros benefícios de longo prazo	—	161
Diretoria	—	161
Total	1.500	1.781

14 - Contingências

Natureza

	31.12.2017	Baixa	Constituição	30.06.2018
Trabalhista	538	—	260	798
Cível	225	—	431	656
Total	763	—	691	1.454

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

Não há contingências passivas classificadas como possíveis que requeiram divulgação em notas explicativas.

15 - Estrutura de gerenciamento de riscos e de capital

Na Desenvolve SP, o gerenciamento de riscos e de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric), unidade ligada diretamente à Presidência.

Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, socioambiental e operacional, além do gerenciamento de capital, e a

outra responsável pelas normas e pelos controles internos e Compliance.

O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível no endereço www.desenvolvevsp.com.br/instituicao/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/, no site da instituição.

16 - Estrutura de sistemas

Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados por meio de modelos proprietários.

17 - Políticas de gerenciamento de riscos e de capital

As Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital são revisadas anualmente e submetidas para a aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Nelas estão definidas a estrutura, as metodologias e as responsabilidades que devem nortear o gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco operacional

O MNP - Controles Internos e Compliance, aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, contém a metodologia de mapeamento de riscos das atividades da instituição, utilizada para a construção de matrizes de risco e consequente implementação de medidas e planos de ação de melhoria.

O acompanhamento sistemático do cumprimento de normativos expedidos pelos órgãos reguladores complementa as ações de controles internos e contribui para a mitigação do risco operacional.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado através do cálculo da parcela RWACPAD, conforme determina a Circular nº 3.640, de 04/03/2013, do Banco Central do Brasil (Bacen).

Para esse cálculo, a Desenvolve SP optou pela metodologia da **Abordagem do Indicador Básico**.

b) Risco de mercado

O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBA) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia.

Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Bacen.

c) Risco de crédito

A Política de Gerenciamento do Risco de Crédito segrega a gestão do crédito da gestão do risco de crédito. A gestão do crédito está segregada da seguinte forma:

A Superintendência de Crédito (Sucre) é a unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da instituição.

A Superintendência Jurídica (Sujur) é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.

A Superintendência de Tecnologia da Informação (Sutin) realiza a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric, responsável pela modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão de crédito.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWACPAD, cujo cálculo é efetuado de acordo com a Circular BACEN nº 3.644/2013.

d) Risco de liquidez

O Conselho de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Contingência de Liquidez, que determina as ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

e) Risco socioambiental

A Desenvolve SP implementou a Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental no início de julho de 2017. Essa Política definiu diretrizes e procedimentos para o gerenciamento do risco socioambiental nas operações realizadas pela Desenvolve SP, garantindo a promoção do desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo. Também definiu critérios socioambientais para avaliação de garantias e contratações administrativas realizadas pela Desenvolve SP.

f) Gerenciamento de capital

A Política de Gerenciamento de Capital instituiu padrões adequados a fim de avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

O Plano de Capital, parte integrante dessa Política, abrange o período de três anos, sendo consistente com o planejamento estratégico da instituição e determinando medidas de contingência em caso de estresse de capital.